



M. E. C. — I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

300

1940

DISTRIBUIÇÃO

Aspectos da Discriminação da
mulher no Mercado de Trabalho

L. P. 1

Gav. 2

C. B. P. E.

IPEA - Centro Nacional de Recursos Humanos

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

CNRH - Área de Mão-de-Obra.

CNRH/ser. MO/DT

Doc. 115

27 de janeiro de 1970

ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO DA MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO

Preliminar
Distribuição restrita

Rio de Janeiro
IPEA/CNRH
Março 1970

S U M Á R I O

- 1 - INTRODUÇÃO
- 2 - A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL
- 3 - A DISCRIMINAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR
- 4 - CONCLUSÃO

CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

TÉCNICOS DA ÁREA DE MÃO-DE-OBRA

Allan Broehl (perito da USAID)

Claudio Leopoldo Salm

Edson Machado de Sousa

COORDENADOR

Edson Machado de Sousa

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH

Arlindo Lopes Corrêa

ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO DA MULHER
NO MERCADO DE TRABALHO (*)

1 - INTRODUÇÃO

A evolução da taxa de atividade feminina no Brasil é assunto que já mereceu uma atenção bastante razoável dos cinco principais estudos sobre mão-de-obra feitos no IPEA (1). Por este motivo preferimos não insistir neste aspecto da discriminação feminina, limitando-nos apenas a resumir as principais observações da aqueles estudos a este respeito:

- 1 - A dificuldade em estimar com precisão o grau de participação feminina no setor primário através dos censos. "Em áreas onde predominam economias de subsistência... a distinção entre atividades "domésticas" e "econômicas" foge às tácitas normas de classificação, passando a depender do julgamento subjetivo do agente censitário ou das motivações psicológicas do respondente em ver-se classificado de uma ou de outra forma" (ver o terceiro estudo citado).
- 2 - A baixa taxa de atividade nos setores não agrícolas em termos de comparações internacionais. Aquela taxa somente se eleva (e exatamente nas

(*) Este documento é de responsabilidade do CNRH e foi elaborado por CLAUDIO LEOPOLDO SALM, Técnico do Setor de Mão-de-Obra.

- (1) - a) BRASIL. IPEA - Diagnóstico preliminar, desenvolvimento social - Educação (I, II) [Rio de Janeiro] 1966 (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social)
- b) O'BRIEN, F.S - The Brazilian population and labor force in 1968. Rio de Janeiro, IPEA, mar. 1969.
- c) BROEHL, Allan - Aspectos da força de trabalho no Brasil... Rio de Janeiro, IPEA/CNRH, jan. 1970 (CNRH/Ser. MO/DT, doc. 113)
- d) COSTA, Manuel A. - Aspectos demográficos da população economicamente ativa. [Rio de Janeiro] IPEA, nov. 1968.
- e) SA. Graciano, coord - Aspectos econômicos e demográficos de mão-de-obra no Brasil (1940/1964) [Rio de Janeiro] IPEA, set 1969.

regiões mais pobres), na medida em que a mulher possa combinar o trabalho com os afazeres domésticos, ou seja, como trabalhador por conta própria ou membro não remunerado da família.

- 3 - A participação feminina se concentra nos grupos de idade mais jovens, caindo drasticamente por volta dos 20 anos. Esta tendência é até certo ponto normal devido ao casamento e à educação dos filhos. Mas, "ao contrário do que ocorre nos EE.UU., as mulheres não retornam à força de trabalho depois que seus filhos atingem certa idade" (ver o quinto estudo citado).

Apenas para dar uma idéia da distância que nos separa dos países desenvolvidos quanto à participação feminina, observe-se os números do Quadro abaixo.

QUADRO I

NÃO-DE-OBRA FEMININA COMO PORCENTAGEM DAS MULHERES ENTRE 15 E 64 ANOS (a)

BRASIL (1968)	EE. UU. (1960)	EUROPA OCIDENTAL (1960)
25,3	43,2	46,5

FONTES: Brasil - "BRASIL - IBGE - Anuário Estatístico ... 1969"

Outros - "Denison, E.F - Why Growth Rates Differ ...

Washington, D.C. The Brookings Inst. 1967".

(a) Inclui também atividades agrícolas. Para o Brasil, as cifras se referem ao grupo de 14 a 64 anos.

Um dos indicadores mais sólidos e indiscutíveis de desenvolvimento econômico é, sem dúvida, a ampliação do mercado de trabalho. Ou seja, a crescente participação da categoria "empregados" no total da utilização da mão-de-obra de um País, em detrimento de outras formas como "proprietários", "trabalhadores por conta própria" ou "membros não remunerados das famílias". O Quadro abaixo ilustra este fato.

QUADRO II

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGADOS NA
FÓRÇA DE TRABALHO

EE.UU. 1968 (a)	EE. UU. 1947 (a)	BRASIL S/NORDESTE 1968 (b)	NORDESTE 1968 (b)
92,3	87,0	78,0	57,6

(a) Statistics on Manpower; U.S. Department of Labor, março 1969
(Supplement to the manpower report of the President)

(b) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Rio de Janeiro - IBGE/IBE (4º trim. 1968)

A presença cada vez maior do trabalho feminino neste mercado é outro indicador importante. Reflete, entre outras transformações, a maior ou menor rapidez com que uma sociedade absorve o progresso tecnológico na medida em que este vem eliminando o número de funções "típicas" de homens ou de mulheres, impondo também mudanças nos hábitos e valores no sentido de maior democratização.

Enquanto na Guanabara, Estado do Rio e São Paulo o trabalho feminino assalariado já atinge cerca de 85% das mulheres ativas, e no Sul, Minas e Espírito Santo está por volta de 66%, no Nordeste ainda não chega aos 50% segundo o PNAD.

De modo geral, no Brasil a proporção de mulheres que apenas estudam, na faixa etária de 14 a 19 anos, é superior à

homens (ver Quadro III). Isto só não se verifica nas regiões mais avançadas (GB, RJ e SP) mas é bastante acentuado nas regiões mais pobres onde os homens começam a trabalhar mais cedo. No entanto, este maior investimento relativo que a mulher faz em educação entre os 14 e 19 anos, não parece visar o mercado de trabalho pois enquanto a taxa de atividade masculina (já alta entre os menores) aumenta muito ao passar para o outro grupo de idade (20 a 24), a da mulher praticamente não se altera (*). Enfim, a mulher permanece mais tempo na escola mas tende a dedicar-se logo às atividades domésticas sem passar pelo mercado de trabalho. Mais adiante retomaremos com maior detalhe este desvinculamento entre a educação - pelo menos a educação superior - e o trabalho, que se verifica para as mulheres. Junto com a discriminação salarial, serão os dois tópicos que veremos quanto à situação da mulher no mercado de trabalho.

(*) Como se pode observar, a Guanabara é uma exceção importante.

QUADRO IIIPOPULAÇÃO DE 14 A 19 E DE 20 A 24 ANOS PORATIVIDADES SEGUNDO O SEXO E AS REGIÕES (*)

REGIÕES E SEXO		TOTAL	ESTUDAM		NA FÔRÇA DE TRABALHO		OUTRAS (ATIVIDADES DOMÉSTICAS)	
			14-19	20-24	14-19	20-24	14-19	20-24
I	Homens	100	42,2	7,8	48,2	87,6	9,6	4,6
	Mulheres	100	39,9	7,5	25,1	38,0	35,0	54,5
II	Homens	100	26,6	4,9	69,7	93,5	3,7	1,5
	Mulheres	100	25,9	5,9	44,7	46,9	29,4	47,0
III	Homens	100	15,3	1,5	81,2	95,6	3,5	2,8
	Mulheres	100	21,1	2,8	45,1	48,7	33,8	48,5
IV	Homens	100	17,9	4,1	78,8	93,7	3,3	2,1
	Mulheres	100	22,6	4,4	34,4	38,1	43,0	57,4
V	Homens	100	20,4	3,9	76,8	94,1	2,8	2,0
	Mulheres	100	25,1	4,7	39,1	40,1	35,8	55,3
BRASIL	Homens	100	22,2	4,1	74,0	93,5	3,8	2,4
	Mulheres	100	25,6	4,3	39,2	42,7	35,2	52,4

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD

Rio de Janeiro, IBGE/IBE (4º trim. 1968)

I - GB e RJ

II - SP

III - SUL

IV - MG e ES

V - Nordeste

2 - A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

As diferenças de remuneração entre os sexos no Brasil é marcante. Em média a remuneração das mulheres situa-se por volta dos 80% da dos homens. Esta diferença não pode ser explicada pelo nível de instrução, uma vez que este é geralmente mais elevado para as mulheres como mostra o quadro abaixo:

QUADRO IV

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS EMPREGADOS POR SEXO

SEGUNDO AS REGIÕES (RELATIVOS HORIZONTAIS)

REGIÕES	ANALFABETOS		ELEMENTAR		MÉDIO		SUPERIOR	
	H	M	H	M	H	M	H	M
GB E RJ	9,7	10,2	59,5	49,1	25,5	34,2	5,3	6,4
SP	10,7	8,9	66,5	61,0	19,2	27,5	3,5	2,6
Sul	15,1	13,1	64,3	51,7	17,7	32,7	2,9	2,5
MG e ES	26,2	21,6	58,6	46,7	13,0	29,2	2,2	2,6
Nordeste	42,1	35,3	46,3	40,1	9,4	22,1	2,1	2,4

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. Rio de Janeiro, IBGE/IBE (4º trim. 1968)

Uma explicação, que não a discriminação pura e simples, poderia ser o menor número de horas trabalhadas pelas mulheres. Realmente isto se verifica. Enquanto aproximadamente 92% dos homens nas atividades urbanas trabalham mais de 34 horas semanais, apenas 70% das mulheres o fazem, segundo o PNAD. Mas, também aqui notamos um elemento importante de discriminação das mulheres. O subemprego visível, i.é., o número de pessoas que trabalham em tempo parcial mas que prefeririam trabalhar em tempo integral é bem mais elevado entre as mulheres. Para o conjunto do País a proporção das mulheres subempregadas nestes termos é quatro vezes superior à dos homens:

QUADRO VPERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM SUBEMPREGOVISÍVEL, POR REGIÃO SEGUNDO O SEXO

	GB E RJ	SP	SUL	MG E ES	NORDESTE	TOTAL
H	1,8	1,9	3,7	2,8	5,3	3,1
M	4,4	8,3	15,0	13,0	18,8	12,8

Na indústria de transformação há indicações de que as diferenças salariais são importantes. Assim que forem processados os dados da "lei dos 2/3", será fácil verificar com precisão as aquelas diferenças. Mas os primeiros resultados, de São Paulo, para 1968, já permitem notar uma tendência de salários inferiores para as mulheres. Aproximadamente 65% das mulheres ocupadas na indústria trabalham em ramos industriais de "baixos salários", principalmente têxtil, fiação e tecelagem (34,4%); calçados e vestuário (15%) e produtos alimentícios (8%). Nos dois primeiros ramos, mais da metade dos empregados são mulheres. Que sejam ramos de baixa produtividade não importa muito, pois a baixa produtividade pode perfeitamente ser resultado, em parte, dos baixos salários pagos (*).

Para o conjunto das atividades econômicas, o Quadro VI mostra de forma bem clara a discriminação salarial que sofre a mulher em cada nível educacional.

(*) Deve ser assinalado que aproximadamente 16% das mulheres trabalham em ramos que pagam salários bem acima da média, como Química, Farmacêutica, Material Elétrico e Eletrônico, onde a participação feminina é de 29 e 18% respectivamente.

QUADRO VI

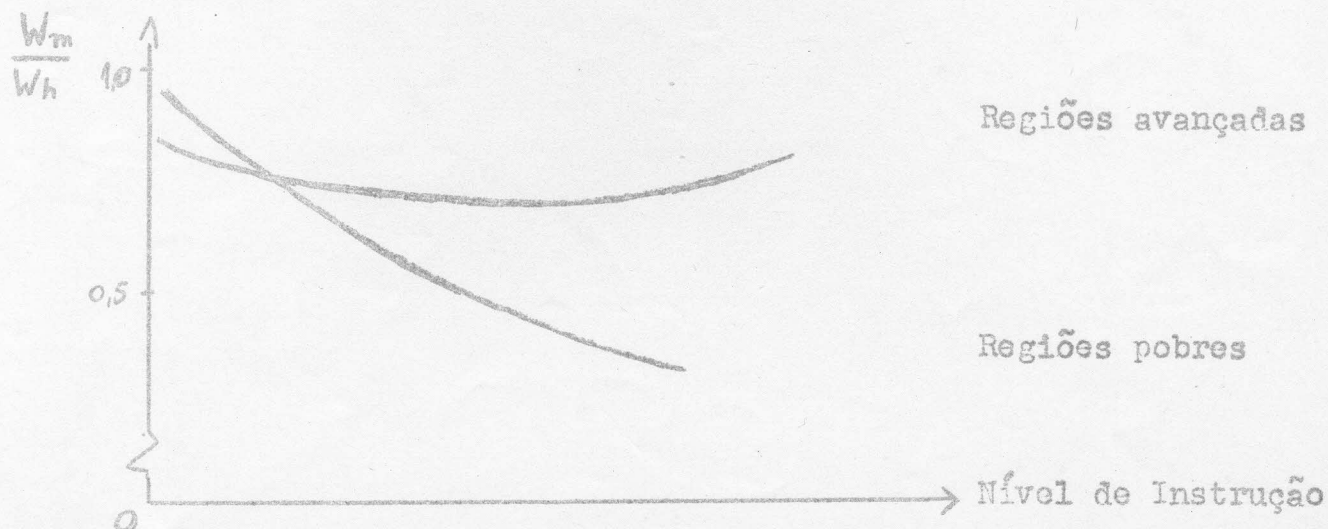
SALÁRIOS DAS MULHERES EM RELAÇÃO AOS SALÁRIOS DOS HOMENSPOR NÍVEL DE INSTRUÇÃO SEGUNDO AS REGIÕES - "EMPREGADOS"

REGIÕES	TOTAL	ANALFABETOS	ELEMENTAR	MÉDIO 1º CICLO	MÉDIO 2º CICLO	SUPERIOR
I-GB e RJ	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
II-SP	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
III-Sul	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
IV-MG e ES	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
V-Nordeste	0,86	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD
Rio de Janeiro, IBGE/IBGE (4º trim. 1968)

Do quadro resultam algumas observações interessantes:

- 1 - Quanto mais pobre uma região, menor a diferença salarial em média, mas à medida que aumenta o nível de instrução a discriminação é muito maior que nas regiões mais avançadas. A idéia pode ser expressa pelo diagrama abaixo, no qual o eixo vertical mede a relação entre o salário feminino (W_m) e o dos homens (W_h), e o eixo horizontal o nível de instrução



Numa tentativa de explicação, o fenômeno pode decorrer do fato de que os salários, em geral, até o nível de instrução OA são tão baixos nas regiões pobres que simplesmente não comportam maior discriminação.

- 2 - Com exceção de São Paulo, há uma queda acentuada do salário relativo das mulheres que alcançaram o 2º ciclo do nível médio. É provável que entre como fator de peso aqui os salários das professoras primárias (*). A maior diversificação da economia paulista parece poder oferecer maior número de ocupações alternativas para as mulheres com este nível.
- 3 - Ao contrário do que era de se esperar, a discriminação ocorre também no nível superior, sendo que de forma extremamente acentuada no Nordeste. Paradoxalmente, é a região que menos discrimina as mulheres na universidade, como veremos.

A análise que segue busca lançar alguma luz sobre este fenômeno ou seja, saber até que ponto a formação universitária feminina vem sendo ou não um "instrumento de trabalho".

3 - A DISCRIMINAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Ao longo dos anos 60 a participação da mulher na universidade aumentou substancialmente. De aproximadamente 26% em 1959, a matrícula feminina no ensino superior passou a 34% em 1968. No entanto, veremos que este maior acesso da mulher à universidade não significa necessariamente que o poder de competição da mulher esteja aumentando na mesma proporção. Em outras palavras, os mecanismos de discriminação quando não são impostos diretamente pelo mercado, atuam do lado da formação educacional no sentido de encaminhar as mulheres mais para certos cursos e os homens para outros. É claro que aqui em boa medida é a própria consciência feminina que assume a discriminação. Assim, os menores salários relativos pagos às mulheres de nível superior podem estar ligados à formação essencialmente distinta que são levadas a buscar.

(*) Esta hipótese deve ser cuidadosamente testada. Quanto à queda de salário, note-se que no Nordeste ocorre já no 1º ciclo.

Dividimos os cursos universitários em três categorias segundo o seguinte critério: como a participação das mulheres na matrícula total em 1968 foi de 34%(*), aqueles cursos que continham uma participação feminina dentro dos limites (arbitrários) de 25 e 45% foram considerados cursos "mistos". Uma participação feminina inferior a 25% define então os cursos "masculinizados" e acima de 45%, "feminilizados".

Para o Brasil como um todo em 1968, temos a seguinte distribuição dos cursos universitários segundo o critério estabelecido:

C U R S O S

MASCULINIZADOS	MISTOS	FEMINILIZADOS
1 - Economia e Administração	1 - Farmácia	1 - Biblioteconomia
2 - Direito	2 - Odontologia	2 - Enfermagem
3 - Engenharia	3 - Arquitetura	3 - Filosofia
4 - Medicina	4 - Educação Física	4 - Serviço Social
5 - Agricultura	5 - Médico Biológico	5 - Artístico
6 - Química	6 - Tecnologia de Alimentos	6 - Jornalismo
Industrial		7 - Fisioterapia
7 - Veterinária		8 - Nutrição
8 - Estatística		9 - Relações Públicas
9 - Geologia		10 - Administração Doméstica
10 - Agrimensura		11 - Professores pa- ra Ensino Normal
11 - Engenharia de Operações		12 - Desenho Industri- al
12 - Diplomacia		13 - Museologia
13 - Criminalística		

(*) 93.354 mulheres num total de 274.337 alunos. Todos os dados desta parte foram tirados da Sinopse Estatística do Ensino Superior, MEC, 1968 ou quando for o caso, 1959.

Repetindo o mesmo critério para as regiões, respeitando a participação feminina na matrícula total em cada uma, obtem-se um quadro que repete no essencial o padrão acima. As exceções mais importantes são: Na Guanabara e Estado do Rio, o São Paulo, Direito já é um curso misto; Farmácia em São Paulo é feminilizado; Veterinária em São Paulo já é misto; Educação Física em Minas e Espírito Santo, e nos três Estados do Sul é feminilizado; e no Nordeste, Estatística já é misto.

Mas apesar da distribuição dos cursos por sexo ser muito parecida, existem entre as regiões algumas diferenças interessantes quanto à frequência em cada tipo de curso:

QUADRO VII

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA E POR TIPO DE CURSO SEGUNDO AS REGIÕES

REGIÕES	PARTICIPAÇÃO % DA MULHER NA UNIVER- SIDADE	INTERVALO% QUE DEFINE OS CURSOS "MISTOS"	% DO TOTAL DE MULHERES EM CURSOS "MISTOS" (A)	% DO TOTAL DE MULHERES EM CURSOS "MASCULINI- ZADOS" (B)	SOMA (A+B)
GB, RJ	30,8	22 - 42	23,3	13,7	37,0
SP	31,6	22 - 42	18,9	6,5	25,4
SUL	35,0	26 - 46	6,2	16,7	22,9
MG, ES	33,3	24 - 44	4,4	19,1	23,5
NORDESTE	41,4	32 - 52	10,9	31,1	42,1
BRASÍLIA	30,7	22 - 42	1,4	38,8	38,3
NORTE, CO	37,9	29 - 49	3,5	35,0	38,5
BRASIL	34,0	25 - 45	6,7	24,2	30,9

Note-se em primeiro lugar o reduzido número de cursos "mistos", que mostra a formação bem diferente que recebem os

dois sexos. Apenas 6,7% das mulheres estavam matriculadas em cursos mistos, pelo critério adotado. Dessa mulheres, aproximadamente 2/3 estavam fazendo odontologia ou farmácia.

Repare-se também que não fica evidente qualquer relação entre o grau de desenvolvimento econômico de uma região e o maior acesso da mulher à universidade ou o maior poder de competição com os homens. Antes o contrário. No Estado mais desenvolvido do País, a discriminação é das maiores - só 6,5% das universitárias em São Paulo estavam em cursos onde predominavam os homens, enquanto no Nordeste encontramos quase um terço das mulheres nêstes cursos.

Entre 1959 e 1968, a matrícula feminina nos cursos de Filosofia aumentou a uma taxa anual de quase 20%, superior à expansão da matrícula feminina total. Assim, a proporção de mulheres que se matriculam nos cursos de Filosofia aumentou (48% em 1959, 56% em 1968). Também de 1959 a 1968, subiu consideravelmente a participação feminina no total de alunos de Farmácia (de 38,5 para 44%), Odontologia (de 17,7 para 31,5%) e Arquitetura (de 14,2 para 31,5%). No entanto, sabemos que os formados nos três primeiros desses cursos tendem a ser relativamente mal pagos^(*). Manipulando uma amostra do censo de 1960, A. J. Rogers III^(**) fez um estudo da taxa de retorno dos seguintes cursos superiores: Agronomia, Direito, Economia, Engenharia, Farmácia, Filosofia, Odontologia e Medicina, para a Guanabara, Santa Catarina, Espírito Santo e Região Norte. Com exceção dos agrônomos na Região Norte, invariavelmente Filosofia, Odontologia e Farmácia mostraram as menores taxas de retorno privado, sendo que Filosofia na Região Norte e Santa Catarina, e Farmácia no Espírito Santo revelaram taxas negativas^(***).

(*) - Não temos informações precisas sobre a situação dos arquitetos.

(**) - "Professional Incomes and Rates of Return to Higher Education in Brazil". Tese de PhD não publicada.

(***) - O estudo sobre "Concentração de Profissionais no Brasil", do CNRH/IPEA, jan. 1970, confirma a situação dos farmacêuticos no Espírito Santo, onde haveria um "excesso".

Portanto, a maior participação das mulheres nos cursos de Farmácia e Odontologia não deve ser visto simplesmente como uma conquista das mulheres. Pode estar ocorrendo apenas uma substituição, no sentido de que os homens, mais atentos à rentabilidade relativa das carreiras que escolhem, estejam se afastando de tais cursos (*).

4 - CONCLUSÃO

A discriminação feminina no mercado de trabalho no Brasil se manifesta pelo menos em quatro aspectos:

- 1 - Baixa taxa de atividade, já estudada em outros trabalhos do IPEA.
- 2 - Grande parte das mulheres em "condições inativas", mesmo que não pressionem o mercado de trabalho e a rigor portanto não podem ser consideradas desempregadas, estariam dispostas a trabalhar se o mercado oferecesse maiores oportunidades. Uma indicação disto é a grande proporção de mulheres que trabalhando em tempo parcial revelam desejo de trabalhar em tempo integral.
- 3 - Apesar do nível de instrução das mulheres não ser inferior ao dos homens, a mulher recebe de modo geral remuneração inferior.
- 4 - A formação educacional da mulher, pelo menos no nível superior é inadequada para enfrentar o problema (**). Ao se preparar para o mercado de trabalho já o faz tendo em vista evitar carreiras que são tidas como "mais para homens". Isto pode ser devido ao fato de muitas mulheres encararem a preparação profissional como atividade secundária ou, se realmente tiverem intenção de trabalhar, veem o trabalho apenas como complemento do orçamento familiar. Não atribuem à educação um papel econômico, aceitam assim os preconceitos que tendem a afastá-las da produção.

(*) - De fato, enquanto entre 1959 e 1968 a matrícula total masculina aumentou em 12% a.a., a matrícula masculina em Odontologia e Farmácia cresceu apenas a 2,4 e 6,9% aa. respectivamente.

(**) - No Nordeste, onde as mulheres mostram uma agressividade maior neste sentido, tem que enfrentar um mercado de trabalho mais discriminador.